

# MARIA HELENA DINIZ

Mestre e Doutora em Teoria Geral do Direito e Filosofia do Direito pela PUCSP.  
Livre-docente e Titular de Direito Civil da PUCSP por concurso de títulos e provas. Professora de Direito Civil (na graduação) e de Direito Civil Comparado, de Teoria Geral do Direito e de Filosofia do Direito. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Direito Civil Comparado nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Direito da PUCSP.

## TRATADO TEÓRICO E PRÁTICO DOS CONTRATOS

---

# 5

7ª edição

2013



Rua Henrique Schwaninger, 270, Campos Eliseu — São Paulo — SP  
CEP 05413-900

REC: (11) 3413-3000

SAC: 0800 075 7188

Das 7h às 19h, das 8h às 19h 30

saraiva@editorasaraiva.com.br

Acesso: www.saraiva.com.br

#### FILIAIS

##### AMAZONAS, RORAIMA, ACREMÓNTI, ACRE

Rua Costa Azevedo, 53 — Curitiba

Fone: (71) 3423-4227 — Fax: (71) 3423-4782 — Manaus

##### BHUM/DETERE

Rua Argemiro Neves, 22 — Brasília

Fone: (71) 3321-5054 / 3381-5093

Fax: (71) 3381-4939 — Salvador

##### BHUM/SÃO PAULO

Rua Amador de Oliveira, 255, 7º/517 — Curitiba

Fone: (11) 3334-5493 — Fax: (11) 3334-7481 — Baurer

##### CEARÁ, PERNAMBUCO, MARANHÃO

Rua Filomeno Gomes, 678 — Fortaleza

Fone: (85) 3338-2523 / 3338-1384

Fax: (85) 3338-1371 — Fortaleza

##### ESPÍRITO SANTO

São Paulo, Tupy 7, 100 — Santa de Indaiana e Alcazaramento

Fone: (51) 3344-2328 / 3344-2951

Fax: (51) 3344-1177 — Brasília

##### ESPÍRITO SANTO

Rua Independência, 1520 — Santa Catarina

Fone: (51) 3338-2523 / 3338-1384

Rua: (51) 3338-2016 — Curitiba

##### ESPÍRITO SANTO (SÃO PAULO)

Rua 14 de Julho, 3108 — Curitiba

Fone: (47) 3382-3462 — Fax: (47) 3382-0112 — Curitiba

##### ESPÍRITO SANTO

Rua Almirante, 448 — Espírito

Fone: (11) 3479-0230 — Fax: (11) 3479-0310 — Belo Horizonte

##### ESPÍRITO SANTO

Av. Francisco de Sá, 104 — Espírito

Fone: (11) 3322-9334 / 3324-9828

Fax: (11) 3324-0497 — Baurer

##### ESPÍRITO SANTO (SÃO PAULO)

Rua Condessa Leopoldina, 2395 — Foz de Iguaçu

Rua: Fax: (41) 3332-8094 — Curitiba

##### ESPÍRITO SANTO (SÃO PAULO)

Rua Cláudio do Rego, 185 — Ave. Rio

Fone: (11) 3421-4246 — Fax: (11) 3421-4510 — Recife

##### ESPÍRITO SANTO (SÃO PAULO)

Rua Francisco de Sá, 1255 — Curitiba

Fone: (11) 3478-5043 — Fax: (11) 3478-0224 — Belo Horizonte

##### ESPÍRITO SANTO (SÃO PAULO)

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 e 119 — Vitória

Fone: (11) 2577-9494 — Fax: (11) 2577-8067 / 2577-5545

##### ESPÍRITO SANTO

Rua A. J. Barros, 231 — Ilhéus

Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1447 / 3371-1547

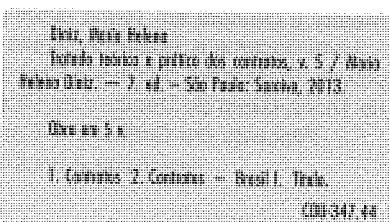
##### ESPÍRITO SANTO

Rua Amália, 22 — Santa Paula

Fone: (11) 3416-3434 — São Paulo

ISBN 978-85-02-08150-5 (obro completo)

ISBN 978-85-02-03868-4 (volume 5)



Índice para catálogo sistemático:

1. Contros : Direito civil

347.44

*Diretor editorial Luiz Roberto Curo*  
*Gerente de produção editorial Ligia Alves*  
*Editora Thais de Camargo Rodrigues*  
*Assistente editorial Sarah Raquel Silva Santos*  
*Produtora editorial Cláudia Baroschi Maia*  
*Preparação de originais Ana Cristina Garcia*  
*Maria Izabel Barreiras Bitencourt Bressan*  
*Arte e diagramação Cristina Aparecida Agudo de Freitas*  
*Revisão de provas Rita de Cássia Queiroz Gargati*  
*Mair de Fátima Machado Castola*  
*Maria Cândida Machado*  
*Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva*  
*Kelli Priscila Pinto*  
*Capa Roney Carmelo*  
*Produção gráfica Marli Rampim*  
*Impressão RR Donnelley*  
*Acabamento RR Donnelley*

**Data de fechamento da edição: 21-5-2013**

Dúvidas?  
 Acesse [www.saraivajur.com.br](http://www.saraivajur.com.br)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.



# Índice

## Capítulo XLI Fiança

1. Definição, princípios e características jurídicas.....	17
2. Requisitos.....	21
3. Modalidades .....	24
4. Efeitos .....	26
5. Extinção .....	32
6. Jurisprudência e fiança.....	34
6.1. Interpretação do contrato de fiança .....	34
6.2. Fiança e aval.....	35
6.3. Acessoriedade da fiança .....	35
6.4. Requisito formal da fiança .....	36
6.5. Outorga uxória na fiança .....	36
6.6. Benefício de ordem .....	39
6.7. Benefício de divisão.....	40
6.8. Fiança comercial.....	41
6.9. Sociedade comercial (hoje empresária) e fiança.....	42
6.10. Alienação fiduciária e fiança.....	43
6.11. Contrato de câmbio e fiança.....	43
6.12. Fiança na locação .....	43
6.13. Medida cautelar de antecipação de prova .....	57
6.14. Demanda contra fiador.....	57
6.15. Ação pauliana .....	60
6.16. Morte do fiador .....	61
6.17. Morte do afiançado .....	62
6.18. Efeitos da falência na fiança.....	62
6.19. Direito de regresso do fiador .....	62
6.20. Exoneração da fiança .....	63

7. Modelos textuais relativos à fiança.....	65
A. Contrato de fiança.....	65
B. Escritura de fiança.....	66
C. Contrato de locação com fiador.....	66
D. Fiança bancária.....	68
E. Escritura pública de fiança bancária.....	70
F. Petição do fiador indicando bens do afiançado à penhora.....	72
G. Petição de embargo à execução referente à fiança.....	73
<i>Quadro sinótico</i> .....	74

## Capítulo XLII

### Fidúcia e alienação fiduciária em garantia

1. Breve notícia histórica do negócio fiduciário.....	79
2. Fidúcia.....	83
3. Alienação fiduciária em garantia.....	86
A. Conceito e caracteres.....	86
B. Requisitos.....	89
b.1. Requisitos subjetivos.....	89
b.2. Requisitos objetivos.....	91
b.3. Requisitos formais.....	94
C. Direitos e obrigações do fiduciante.....	96
D. Direitos e deveres do fiduciário.....	100
E. Execução do contrato.....	102
F. Extinção da propriedade fiduciária.....	106
4. Jurisprudência concernente à alienação fiduciária.....	108
4.1. Objeto do contrato de alienação fiduciária.....	108
4.2. Prova do contrato.....	112
4.3. Venda extrajudicial.....	112
4.4. Certificado de propriedade.....	112
4.5. Consórcios e alienação fiduciária.....	117
4.6. Direito de retenção.....	119
4.7. Hipoteca como reforço de garantia.....	119
4.8. Efeitos em relação a sócio.....	119
4.9. Responsabilidade civil.....	120
4.10. Notas promissórias como reforço de garantia pessoal.....	121
4.11. Execução das promissórias.....	121
4.12. Fiador e antecipação do vencimento da dívida.....	122
4.13. Efeitos quanto ao aval.....	122
4.14. Fiador e avalista na alienação fiduciária.....	128
4.15. Sub-rogação.....	130
4.16. Cessionário de direito.....	131
4.17. Ação declaratória de inexistência de relação jurídica.....	131
4.18. Reintegração de posse.....	131

4.19. Ação de consignação .....	132
4.20. Ação de busca e apreensão .....	133
4.21. Mora .....	143
4.22. Purgação da mora .....	145
4.23. Ação de depósito .....	147
4.24. Prisão civil .....	153
4.25. Cláusula penal .....	164
4.26. Mandado de segurança .....	164
4.27. Execução .....	164
4.28. Penhora .....	166
4.29. Concordata .....	168
4.30. Falência .....	168
4.31. Foro de eleição .....	172
4.32. Ação reivindicatória de posse .....	173
5. Textos relativos à alienação fiduciária .....	174
A. Modelo de compra e venda com alienação fiduciária .....	174
B. Notificação para constituição em mora do devedor em contratos de financiamento com garantia de alienação fiduciária .....	176
<i>Quadro sinótico</i> .....	178

## Capítulo XLIII

### Penhor

1. Conceito e caracteres .....	187
2. Modos de constituição .....	192
3. Direitos e deveres do credor pignoratício .....	194
4. Direitos e obrigações do devedor pignoratício .....	197
5. Espécies de penhor .....	198
A. Penhor legal .....	198
B. Penhor rural .....	200
C. Penhor industrial .....	205
D. Penhor mercantil .....	205
E. Penhor de direitos .....	207
F. Penhor de títulos de crédito .....	209
G. Penhor de veículos .....	212
6. Extinção do penhor .....	214
7. Jurisprudência e penhor .....	218
7.1. Tradição simbólica e tradição real .....	218
7.2. Cláusula <i>constituti</i> .....	220
7.3. Pacto comissório .....	220
7.4. Registro de penhor e eficácia <i>erga omnes</i> .....	220
7.5. Penhor e depósito .....	220
7.6. Invalidade do penhor .....	221
7.7. Penhor mercantil .....	221

7.8. Penhor agrícola.....	222
7.9. Responsabilidade civil.....	222
8. Minutas de contrato de penhor.....	226
A. Instrumento particular de penhor civil.....	226
B. Modelo de penhor mercantil.....	227
C. Instrumento particular de penhor mercantil em que a coisa empenhada continua em poder do devedor.....	227
D. Modelo de penhor mercantil fornecido por terceiro, sendo os objetos empenhados entregues a outrem.....	228
E. Modelo de instrumento particular de penhor mercantil fornecido por terceiro, ficando os objetos empenhados em seu poder.....	229
F. Minuta de penhor agrícola.....	230
G. Modelo e requisitos de cédula rural pignoratícia.....	231
Quadro sinótico.....	232

## Capítulo XLIV

### Hipoteca

1. Conceito e caracteres jurídicos.....	239
2. Requisitos.....	242
A. Requisitos subjetivos.....	242
B. Requisitos objetivos.....	243
C. Requisitos formais.....	249
3. Efeitos.....	253
4. Remição hipotecária.....	260
5. Espécies de hipoteca.....	263
A. Hipoteca convencional.....	263
B. Hipoteca legal.....	263
C. Hipoteca judicial.....	267
D. Hipoteca cedular.....	269
E. Extinção da hipoteca.....	270
6. Algumas referências jurisprudenciais alusivas à hipoteca.....	275
6.1. Alienação do imóvel hipotecado.....	275
6.2. Hipoteca judicial.....	275
6.3. Hipoteca cedular.....	275
6.4. Execução.....	276
6.5. Invalidez da hipoteca.....	278
6.6. Acessoriedade da hipoteca.....	278
6.7. Sub-rogação real.....	278
6.8. Registro de hipoteca.....	279
6.9. Remição de bem hipotecado.....	279
7. Minutas de contratos relativos à hipoteca.....	280
A. Escritura pública de confissão de dívida garantida com hipoteca.....	280
B. Modelo de cessão onerosa de hipoteca.....	281

C. Instrumento particular de sub-rogação de hipoteca .....	282
D. Instrumento particular de renúncia de garantia hipotecária.....	283
E. Modelo e requisitos de cédula rural hipotecária.....	283
<i>Quadro sinótico</i> .....	284

## Capítulo XLV

### Anticrese

1. Conceito e caracteres.....	291
2. Direitos e deveres do credor anticrético.....	294
3. Direitos e obrigações do devedor anticrético .....	296
4. Extinção da anticrese .....	297
5. Jurisprudência.....	298
6. Modelo de escritura pública de anticrese .....	300
<i>Quadro sinótico</i> .....	301

## Capítulo XLVI

### Transação

1. Definição e elementos constitutivos.....	307
2. Caracteres .....	311
3. Modalidades e formas de transação .....	312
4. Objeto .....	314
5. Natureza jurídica .....	315
6. Nulidade .....	316
7. Efeitos .....	318
8. Dados jurisprudenciais concernentes à transação.....	320
8.1. Conceituação .....	320
8.2. Objeto .....	320
8.3. Interpretação .....	321
8.4. Sentença homologatória de transação .....	321
8.5. Efeitos .....	322
8.6. Nulidade .....	324
9. Modelo de instrumento particular de transação.....	325
<i>Quadro sinótico</i> .....	326

## Capítulo XLVII

### Compromisso

1. Conceito e natureza jurídica.....	331
2. Espécies.....	333
3. Pressupostos subjetivos e objetivos .....	335
4. Compromisso e institutos afins.....	337
5. Efeitos do compromisso .....	339

6. Nulidade do laudo arbitral .....	341
7. Extinção do compromisso .....	342
8. Jurisprudência .....	343
<i>Quadro sinótico</i> .....	345

### Capítulo XLVIII

#### Jogo e aposta

1. Conceito de jogo e aposta .....	349
2. Espécies de jogo .....	352
3. Contratos diferenciais .....	359
4. Consequências jurídicas do jogo e da aposta.....	361
5. Jurisprudência .....	367
5.1. Extravio do cartão-matriz na Loteria Esportiva.....	367
5.2. Loteria Esportiva e Código Civil .....	367
5.3. Perda ou furto do bilhete de loteria .....	368
5.4. Empréstimo para jogo .....	368
5.5. Casas de diversões públicas.....	368
5.6. Dívidas de jogo e aposta .....	369
5.7. Execução .....	371
6. Modelos .....	372
<i>Quadro sinótico</i> .....	373

### Capítulo XLIX

#### Contratos desportivos

1. Direito ao desporto .....	377
2. Contrato de prestação de serviços profissionais entre atleta e entidade desportiva.....	392
A. Natureza jurídica .....	392
B. Conceito, caracteres e requisitos.....	398
C. Direitos e deveres do jogador empregado ou do atleta .....	401
D. Direitos e obrigações da associação desportiva empregadora .....	412
E. Modos terminativos do contrato .....	420
F. Casos de suspensão de contrato de atleta profissional .....	421
3. Contrato de competição desportiva.....	423
4. Contrato de cessão do passe .....	441
A. Conceito e caracteres.....	441
B. Requisitos.....	444
C. Espécies .....	446
D. Transação relativa à negociação do passe.....	453
5. Contrato de autorização de reprodução de imagem do atleta.....	455
6. Inovações da Lei de Normas Gerais sobre Esporte.....	458
7. Processualística dos litígios desportivos.....	461
A. Processo desportivo.....	461



B. Justiça desportiva e as sanções às infrações voltadas às práticas desportivas..	462
C. Problema da competência para julgar mandado de segurança em matéria desportiva.....	502
D. Antinomia aparente entre a norma de direito desportivo interno e a norma de direito internacional relativas ao recurso ao Judiciário.....	503
8. Jurisprudência atinente aos desportos .....	507
8.1. Cessão de passe de atleta amador .....	507
8.2. Gratificações a atletas .....	507
8.3. <i>Doping</i> .....	507
8.4. Mandado de segurança no direito desportivo .....	508
8.5. Estabilidade do jogador de futebol.....	513
8.6. Natureza da relação jurídica entre atleta e clube .....	513
8.7. Reclamação à Justiça Desportiva .....	513
8.8. Direito de arena do atleta profissional .....	514
8.9. Cessão de direito de exploração de imagem de atleta .....	515
9. Modelos contratuais.....	516
9.1. Contrato de competição esportiva em torneio de <i>golf</i> .....	516
9.2. Contrato de prestação de serviços para formação e preparação de atleta desportivo — categoria estagiário semiprofissional.....	518
9.3. Contrato de trabalho de atleta profissional, exceto de futebolista.....	527
9.4. Declaração de vínculo dos atletas.....	539
9.5. Contrato de trabalho de atleta profissional de futebol.....	541
9.6. Contrato de trabalho de atleta profissional de nacionalidade estrangeira	553
<i>Quadro sinótico</i> .....	557

## Capítulo I

### Contratos administrativos

1. Conceito e critérios determinantes da existência de contrato administrativo	569
2. Licitação e contrato administrativo .....	577
3. Contrato de obra pública.....	587
4. Contrato de fornecimento e de arrendamento de serviços.....	589
A. Conceito, caracteres gerais e conteúdo.....	589
B. Rescisão contratual e suas consequências .....	591
C. Contrato de consultoria pública como modalidade de contrato de serviço ..	593
c.1. Noção.....	593
c.2. Natureza do contrato.....	593
c.3. Requisitos .....	593
c.4. Responsabilidade do consultor .....	594
5. Contrato de permissão e concessão de usos e serviços .....	595
A. Breve noção diferenciadora da concessão e da permissão .....	595
B. Contrato de permissão de uso e de serviço público .....	597
C. Contrato de concessão .....	598

c.1. Determinação do sentido do termo <i>concessão</i> e modalidades de concessão .....	598
c.2. Concessão de serviço público.....	599
c.2.1. Conceito e caracteres .....	599
c.2.2. Efeitos jurídicos.....	604
c.2.3. Extinção da concessão de serviço público .....	609
c.3. Concessão de obra pública .....	612
c.4. Concessão de uso de bens públicos.....	612
c.4.1. Origem e noção.....	612
c.4.2. Concessão de direito real de uso de terras públicas .....	615
c.4.3. Concessão de uso do espaço aéreo sobre superfície de terrenos públicos .....	618
c.4.4. Concessão de águas públicas.....	619
c.5. Contrato de concessão de telecomunicação .....	620
c.6. Concessão ou permissão para exploração de serviços de telecomunicações em base comercial.....	626
c.7. Concessão de serviço móvel celular .....	631
6. Contrato de risco.....	637
A. Conceito e caracteres.....	637
B. Natureza jurídica .....	640
C. Requisitos.....	642
D. Direitos e deveres da ANP.....	644
E. Direitos e obrigações da empresa contratada .....	646
F. Arbitragem como solução de litígio .....	648
G. Rescisão do contrato.....	650
7. Contrato individual de gestão para a Petrobras .....	652
8. Convênio de natureza financeira para execução de projetos ou eventos .....	658
9. Parceria público-privada.....	667
10. Jurisprudência.....	673
10.1. Princípio da prevalência do interesse público .....	673
10.2. Licitação.....	673
10.3. Responsabilidade do Poder Público pela execução do contrato administrativo .....	677
10.4. Concessão de serviço público .....	677
10.5. Concessão de uso.....	682
10.6. Contrato de fornecimento .....	682
10.7. Contrato de construção de obra pública .....	684
10.8. Nulidade de contrato administrativo.....	686
11. Modelo de contrato para reconstrução de hospital municipal.....	687
12. Termo simplificado de convênio financeiro .....	689
13. Minuta de contrato de concessão de serviço de transporte de sinais de telecomunicações por satélite entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Comunicações, e a Concessionária .....	690
<i>Quadro sinótico</i> .....	701

## Capítulo LI

## Contratos no direito internacional público

1. Noção e classificação.....	717
2. Requisitos.....	722
3. Interpretação do tratado.....	728
4. Efeitos jurídicos decorrentes dos tratados internacionais.....	730
5. Antinomias no direito internacional público e no direito interno-internacio- nal e seus critérios solucionadores.....	733
6. Causas extintivas do tratado.....	737
7. Modelo de tratado.....	739
7.1. Carta das Nações Unidas.....	739
7.2. Protocolo de Buenos Aires sobre jurisdição internacional em matéria contratual, de 5 de agosto de 1994.....	763
7.3. Tratado sobre o registro internacional de obras audiovisuais.....	768
7.4. Acordo de cooperação judiciária em matéria civil, comercial, trabalhista e administrativa entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai.....	785
7.5. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gover- no da República da Turquia sobre Cooperação no Setor de Turismo..	792
7.6. Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institu- cional do Mercosul — Protocolo de Ouro Preto.....	795
7.7. Convenção interamericana sobre arbitragem internacional.....	810
7.8. Convenção interamericana sobre direito aplicável aos contratos inter- nacionais.....	814
8. Jurisprudência.....	822
<i>Quadro sinótico</i> .....	823

## Capítulo LII

## Contratos eletrônicos

1. Contratos eletrônicos e seus problemas jurídicos.....	829
2. Conceito e momento de sua formação.....	834
3. Seus requisitos de validade e sua eficácia probante.....	841
4. Compra e venda de ações mobiliárias via Internet.....	851
5. Disciplina legal de seu conteúdo.....	853
6. A questão da privacidade, do sigilo e da segurança da relação virtual gera- dora de negócio jurídico eletrônico.....	854
7. Projeto de Lei da OAB-SP n. 1.589/99 sobre comércio eletrônico, validade jurídica do documento eletrônico e assinatura digital.....	859
8. Projeto de Lei do Senado n. 672/99 sobre comércio eletrônico.....	871
9. Projeto de Lei n. 1.483/99, de Hélio de Oliveira Santos, sobre fatura eletrô- nica e assinatura digital nas transações de “comércio” eletrônico.....	878

10. Projeto de Lei n. 2.644/96, sobre elaboração, arquivamento e uso de documentos eletrônicos .....	879
11. Jurisprudência .....	881
<i>Quadro sinótico</i> .....	883
<i>Bibliografia</i> .....	887